

**O PCB PELA PAZ – a participação dos comunistas brasileiros nas campanhas
pacifistas do “Movimento pela Paz” (1948-1956)**

Jayme Fernandes Ribeiro*

Na segunda semana do mês de setembro, do ano de 2001, circulou pela internet uma petição em favor da paz mundial. O apelo era encaminhado às pessoas do mundo inteiro, conclamando, cada uma, a conseguir quinhentas assinaturas. Quando as tivessem, deveriam enviar para o endereço eletrônico *unicwash@unicwash.org*. O texto encontrava-se em inglês e fazia o seguinte apelo,

“PETIÇÃO PELA PAZ

O texto a seguir é pedido pela paz. Por favor, copie e cole enviando para todas as pessoas que você conheça e quando tiver com 500 assinaturas envie para UN (*unicwash@unicwash.org*). Se você não quiser assinar, por favor, tenha consideração pelas outras pessoas e passe adiante.”¹

Abaixo vinham 289 assinaturas, sobretudo da França, Espanha, Suíça, Suécia, Estados Unidos, Escócia, Nova Zelândia, Dinamarca, Equador, China, Líbano, África do Sul, Argentina, Alemanha, Inglaterra, Chile, México, Venezuela e Brasil. O objetivo era coletar o maior número de assinaturas possível para serem encaminhadas à Organização das Nações Unidas (ONU), acreditando contribuir, dessa maneira, para estabelecer a paz no mundo. É importante destacar que a campanha foi articulada devido ao fato ocorrido na data de 11 de setembro de 2001, onde um atentado terrorista destruiu as “Torres Gêmeas” do World Trade Center nos Estados Unidos, acarretando milhares de mortos e feridos e uma resposta militar ao grupo terrorista.

Mas será que o fato constitui uma novidade? Será que um apelo em forma de abaixo-assinado em favor da paz apresenta algo de novo no mundo contemporâneo? A resposta para a pergunta é, com absoluta certeza, não.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

A Guerra Fria, surgida, em fins da década de 1940 com o lançamento da doutrina Truman, abriu uma nova página na história. A disputa político-ideológica e militar entre as duas grandes potências daquele período (Estados Unidos e União Soviética) alterou, de maneira significativa, as bases das relações internacionais. O mundo inteiro foi marcado pela sombra de uma nova guerra mundial, que, em determinados momentos, pareceu realmente poder acontecer. As armas nucleares intensificariam ainda mais o temor de um conflito internacional, principalmente, por não ser possível calcular suas proporções.

No início da década de 1950, militantes comunistas, de várias partes do mundo, lançaram-se numa campanha com o mesmo objetivo: salvaguardar a paz mundial. Uma tarefa extremamente difícil, porém de grande valor humanitário. O “Apelo de Estocolmo”, como ficou conhecido, era o nome dado à “Campanha pela Proibição da Armas Atômicas”², que, por sua vez, fazia parte do chamado “Movimento pela Paz”.

A partir de 1947, a União Soviética, sob a liderança de Stálin, lançava para os partidos comunistas uma nova “linha geral”³. A nova perspectiva consistia em formar uma ampla frente antiamericana, visando impor aos Estados Unidos um arranjo mundial que fosse satisfatório aos interesses soviéticos e que permitisse, em maior amplitude, obter o controle da corrida armamentista, assim como barrar o desenvolvimento armamentístico norte-americano, proporcionando, ao mesmo tempo, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas. Assim, o movimento organizado que obteve maior destaque dentro da nova “linha geral” foi o chamado “Movimento pela Paz”. O movimento começou em agosto de 1948, quando celebrou-se, na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos “Combatentes da Paz”. Somente a partir de março de 1950, a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas” foi incorporada ao “Movimento pela Paz”. O objetivo do “Apelo de Estocolmo”, assim como das outras campanhas, era coletar milhões de assinaturas, em diversos países, para serem enviadas à

ONU, manifestando, dessa forma, a vontade de milhões de pessoas em favor da paz mundial.

O “Movimento pela Paz” incluía outras campanhas, não apenas se restringindo à “Campanha pela Interdição das Armas Atômicas”. Apelos e protestos contra a OTAN, contra a Guerra da Coréia, pelo desarmamento geral, contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, contra a guerra atômica, por um pacto de paz entre as cinco grandes potências – a saber: Estados Unidos, União Soviética, China, Inglaterra e França – estavam vinculados ao movimento maior da “Luta pela Paz”.⁴ A “Campanha pela Interdição das Armas Atômicas”, em menor amplitude, limitava-se a dirigir seus esforços para a proibição da utilização das armas atômicas por qualquer país e a eliminação dos arsenais atômicos existentes até aquele momento. Vale a pena lembrar que uma campanha não anulava a outra, pois, para garantir uma paz sólida e duradoura, o primeiro passo era proibir a utilização das armas atômicas em quaisquer guerras.

No Brasil, os militantes comunistas, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), deveriam colher quatro milhões de assinaturas em favor do “Apelo de Estocolmo”. A “Campanha” começou em março de 1950, quando foi lançado o “Apelo” e terminou em 30 de setembro do mesmo ano – data de entrega das cotas de todos os países participantes. Cada país tinha uma cota de assinaturas que deveria coletar e, posteriormente, enviar ao II Congresso Mundial da Paz, que seria realizado na cidade de Sheffield, na Inglaterra. Entretanto, o governo inglês não autorizou a realização do congresso em seu país. Os responsáveis pela campanha rapidamente transferiram o encontro para Varsóvia, na Polônia, realizando-se no período de 16 a 23 de novembro. Os comunistas brasileiros, na intenção de conquistar o maior número possível de assinaturas, lançaram mão de diversas estratégias, como comícios, palestras, enterros simbólicos concernentes à uma possível catástrofe nuclear, jornal-mural, distribuição de panfletos redigidos de maneira didática, utilização de sua imprensa etc.

Uma das formas utilizadas pelos comunistas para angariar um maior número de assinaturas era a produção de panfletos que revelavam os efeitos destruidores das bombas atômicas jogadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (muitos deles também reproduzidos na imprensa). Em sua maioria, comparavam seus terríveis efeitos sobre cidades brasileiras, fábricas, praças etc., caso houvesse uma guerra atômica e fossem lançadas bombas sobre esses lugares. Em um dos panfletos, podia ser lido uma suposição do que aconteceria se uma bomba atômica, similar a de Hiroshima, explodisse na praça Barão de Drumond, no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Imediatamente, 8.000 trabalhadores têxteis teriam sido derretidos, devido à elevada temperatura. Isso ocorreria, ao mesmo tempo em que fábricas, bondes, hospitais, laboratórios, e instalações elétricas se transformavam “num inferno de estrondos e de morte, misturados aos gritos dos moradores, das ruas e dos morros, a correr e a caírem fulminados e carbonizados.”⁵ Finalizava expondo que todos os moradores da região compreendida entre o Maracanã, a Praça Saens Peña e o antigo Jardim Zoológico teriam sido mortos. A população dos bairros do Engenho Novo, Mangueira, São Cristóvão, Tijuca e Grajaú, um pouco mais afastada, morreria mais tarde graças aos efeitos da radiação.

Na verdade, o que faziam os comunistas, em suas comparações com cidades brasileiras, era mostrar o que havia acontecido nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Com isso, eles chegavam à conclusão de que, numa nova guerra mundial, as principais vítimas seriam as “populações pacíficas” das grandes cidades.

Assim, no decorrer da campanha, os jornais comunistas relatavam o crescente apoio de diversos estados brasileiros, destacando São Paulo como “vanguarda” da campanha, pois era o estado que mais arrecadava assinaturas para o “Apelo de Estocolmo”. Trabalhadores de diversos setores da economia brasileira davam sua colaboração ao movimento. Em sua jornada, os comunistas conseguiram a adesão de brasileiros destacados na sociedade. O “Apelo de Estocolmo” já havia sido assinado pelo Ministro do

Supremo Tribunal Federal, Dr. Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, pelo general Leitão de Carvalho, pelo representante da UNE, Roberto Gusmão e pelo presidente da Associação Brasileira de Escritores, Camargo Guarnieri; parlamentares de vários partidos políticos, incluindo a UDN, professores universitários, padres, e personalidades importantes no cenário político-cultural brasileiro, como Evandro Lins e Silva, Oscar Niemeyer, Aníbal Machado, Aparício Torelly, Adalgisa Nery, Jorge Amado, Caio Prado Júnior, Édison Carneiro, Edmar Morel, Pedro Mota Lima, Arnaldo Estrela, Di Cavalcante, José Pancetti, Candido Portinari e Clovis Graciano, Cesar Lattes, Mara Rúbia, Gregório Barrios, Mário Lago entre diversos outros nomes.

No entanto, para a população, de uma maneira geral, não houve maior repercussão que as assinaturas dos integrantes da seleção brasileira de futebol de 1950. Os comunistas conseguiram uma entrevista com os “craques” e divulgaram-na em página inteira. O técnico da equipe brasileira, Flávio Costa, ao ser abordado pela reportagem do jornal comunista *Imprensa Popular*, justificou a posição dos esportistas relatando: “Assinarei o APÊLO DE ESTOCOLMO com muito prazer. (...) Acho que a guerra e o esporte são duas coisas antagônicas. A guerra só serve para dividir os povos. O esporte, ao contrário, serve para uni-los.”⁶ Continuando a reportagem, o jornal dizia: “seguindo o exemplo de Flávio, todos os titulares da Equipe Nacional, e mais o pessoal técnico que a acompanhava, assinaram entusiasticamente o Apelo de Estocolmo. Nenhum só deles se recusou ou sequer vacilou em dar sua assinatura em favor da Paz.”⁷ O jornal garantia que os membros da seleção de futebol italiana também tinham feito o mesmo. Danilo, dizia o repórter, resumia numa frase o sentimento de todos: “sob o signo da Paz marchamos para a vitória”. No centro da página, o periódico mostrava uma reprodução do original, com o nome dos jogadores e membros da comissão técnica que assinaram o Apelo.

O que importa ressaltar, aqui, é que desde o início da campanha os comunistas procuravam engrossar suas fileiras com personalidades de destaque na sociedade

brasileira. A intenção era atrair um número maior de “partidários da paz” que colaborassem com o movimento, não apenas da campanha do Apelo de Estocolmo, mas, também, posteriormente, com as campanhas do Apelo de Berlim e do Apelo de Viena. Acreditavam que, com figuras proeminentes na literatura, na religião, nas artes, nos esportes, na política etc., conseguiriam cobrir a quota nacional (4 milhões de assinaturas) e até mesmo ultrapassá-la. Os comunistas, por outro lado, aproveitavam as declarações de algumas personalidades brasileiras, não filiadas ao PCB, para se defenderem das acusações de que suas campanhas eram uma “manobra” dos comunistas e da União Soviética.

A maior parte dos jornais da grande imprensa (não comunista) denunciava as campanhas e todo o “Movimento pela Paz” como sendo parte integrante dos planos soviéticos para aumentar suas áreas de influência e espalhar o comunismo por todo o mundo. Vale lembrar que a imagem do comunismo em países ocidentais, e no caso específico do Brasil, era muito negativa.

Os comunistas brasileiros, principalmente a partir da Guerra da Coréia, manifestavam seus temores e crenças a respeito do que acreditavam representar, verdadeiramente, um iminente perigo nuclear. No imaginário comunista, o conflito na Coréia era o primeiro passo para um confronto direto entre os Estados Unidos e a União Soviética, acarretando, por consequência, um desastre mundial. Para evitar tal catástrofe, restava uma única alternativa: colher assinaturas para salvaguardar a paz mundial.

Assim, os comunistas continuaram em seu enorme esforço de coletar assinaturas, criando diversos mecanismos que possibilitassem o rápido cumprimento da quota destinada ao Brasil (emulações entre os estados, entre os periódicos, repartições etc., concursos para premiar os partidários da paz, palestras, shows e festas para angariar assinaturas e muitas outras atividades), e embora a campanha do Apelo de Estocolmo não tenha sido o verdadeiro sucesso como era apresentado na imprensa comunista – e os dirigentes sabiam disso – não se pode esquecer, por outro lado, que independente das

cifras obtidas pela campanha (conquistaram cerca de dois milhões e quinhentas mil assinaturas ao invés de quatro milhões), os comunistas, na clandestinidade e sob forte repressão política e policial, conseguiram mobilizar diversos setores da sociedade na luta pela paz. Políticos, religiosos, esportistas, intelectuais, trabalhadores de diferentes áreas da economia brasileira, entre diversos outros, foram abordados em seu cotidiano e convencidos a cederem suas assinaturas em prol da campanha. Além disso, realizaram um importante trabalho de divulgação sobre a bomba atômica e seus efeitos. A opinião pública, em sua maior parte, não tinha conhecimentos dos assuntos relativos às armas nucleares, não sabia, exatamente, o que era uma bomba atômica. Foi sobretudo através da imprensa comunista, dos “comícios-relampago”, dos congressos, dos panfletos distribuídos de casa em casa, entre outros meios de divulgação que a população, de uma maneira geral, ficou conhecendo a ação de uma bomba atômica e suas conseqüências.

Notas

1 Extraído de: unicwash@unicwash.org.

2 Havia outras campanhas de luta pela paz desenvolvidas pelo PCB com o mesmo objetivo de coletar assinaturas para serem enviadas aos diversos organismos públicos, nacionais e internacionais. Após a “Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas”, os comunistas engajaram-se nas campanhas do “Apelo de Berlim”, também chamado de “Apelo Por um Pacto de Paz” – a saber: entre as cinco grandes potências da época: Estados Unidos, União Soviética, China, França e Inglaterra – e do “Apelo de Viena”, comumente chamado de “Apelo Contra a Guerra Atômica”.

3 CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*. Paris, Ruedo Ibérico, 1970.

4 Assim também era chamado o “Movimento pela Paz”.

5 *O Sol*. São Paulo, 22 de agosto de 1950, p. 02.

6 *Voz Operária*, 24 de junho de 1950, p. 12 (2º Caderno).

7 Idem.